



# Anais da Assembléia

N.º 04

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 1.º DE MARÇO DE 1985

ANO XI

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1.º DE MARÇO DE 1985

(Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Quielse Crisóstomo.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Varsconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Paulo Furnatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. Presentes, ainda, inúmeras autoridades civis, militares e eclesásticas.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta e instalada a Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Legislatura.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na presente Sessão, conforme dispõe o art. 15 da Constituição do Estado, combinado com o contido no parágrafo único, do art. 12 do Regimento Interno, reune-se esta Assembléia para tomar conhecimento da Mensagem Governamental sobre a situação do Estado, bem como da solicitação de que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado julgar necessária.

Para receber Suas Excelências os Srs. José Richa, DD. Governador do Estado e o Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, designo uma Comissão, integrada pelos Srs. Deputados Odeni Mongruel, Artagão Mattos Leão e Tadeu Lúcio Machado.

Suspendo a Sessão por alguns instantes para aguardar a chegada de Suas Excelências.

(É suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado do Paraná (Aplausos);

Excelentíssimo Sr. João Elísio Ferraz de Campos, Vice-Governador do Estado do Paraná (Aplausos);  
Excelentíssimo Sr. Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Aplausos);

Excelentíssimo Sr. Capitão de Fragata Ronald Cardoso Guimarães, Capitão dos Portos do Estado do Paraná e representante do Comando do Quinto Distrito Naval (Aplausos);

Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Senador da República (Aplausos);

Excelentíssimo Sr. Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba (Aplausos);

Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba (Aplausos);

Excelentíssimo Conselheiro Armando Queiróz de Moraes, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná (Aplausos);

Excelentíssimo Sr. Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (Aplausos);

Excelentíssimo Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná (Aplausos).

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional)

(Lê): "Senhores Deputados.

O objeto desta cerimônia, segundo o Regimento, é a instalação da Terceira Sessão Legislativa da Décima Legislatura, correspondente ao ano de 1985. É também, a oportunidade em que o Chefe do Poder Executivo apresenta sua mensagem sobre a situação geral do Estado, e propõe as medidas que julga necessárias para assegurar o bem geral do Paraná.

À parte, o seu objeto formal, esta Sessão Solene tem um grande significado político. Ela se realiza sob a égide dos novos tempos, com a reconquista definitiva da Democracia no Brasil, por força das gigantescas manifestações populares que encheram as ruas, em 1984, com a Campanha das DIRETAS JÁ, desaguando, a 15 de janeiro de 1985, na eleição de Tancredo Neves como Presidente da Nova República.

Neste momento de núpcias solenes com a Democracia, aumenta a responsabilidade das lideranças políticas e, particularmente, desta Assembléia Popular.

As decisões políticas de interesse do povo do Paraná serão, cada vez mais, adotadas com audiência e por influência desta Assembléia Legislativa, na medida em que seus membros souberem se colocar à altura dos desafios da hora presente.

As turbulências próprias do período de transição — mais aquelas herdadas do regime autoritário — constituem o cenário dentro do qual os representantes do povo paranaense deverão encaminhar as soluções que

interessam à maioria. Soluções essas que devem se traduzir em medidas capazes de reduzir o doloroso espetáculo da miséria no meio da abundância.

A mensagem que hoje nos trará Sua Excelência o Governador do Estado, por certo haverá de oferecer alento aos paranaenses, porque, nos anos recentes, o Paraná sofreu fortemente, como reflexo dos desacertos que hipotecaram o Brasil aos banqueiros internacionais.

No período 1980/1983, conforme dados do IPARDES, o Produto Interno Bruto paranaense, caiu 17 por cento, e a renda pessoal, 23 por cento. A crise se abateu sobre nós com mais força do que sobre o todo da União, cujo conjunto decaiu apenas 5,5 por cento, e cuja renda "per capita" declinou em 11 por cento, segundo aqueles estudos. É que o Paraná, economia baseada na agricultura e seus desdobramentos agro-industriais e outros, está mais sujeito à flutuação dos ciclos econômicos. Tanto que, no período de 1980 a 1983, nossa agricultura caiu pesadamente, arrastando atrás de si a indústria, a construção e o desemprego geral. Felizmente, 1984 deu sinais de recuperação que, estimamos, serão duradouros.

O Paraná e os paranaenses sofreram as perdas assinaladas, não porque tenham reduzido sua capacidade de trabalho, por sinal a mais elevada do Brasil. Perdeu o Paraná pela mão de governantes autoritários, que centralizaram no Governo Federal todo o poder de decisão que a Constituição e a República haviam reservado aos Estados-membros. Rompeu-se o equilíbrio federativo e os Estados foram submetidos. Da mesma forma, foi rompido o equilíbrio internacional do Brasil, convertido num "vazadouro" de dólares, situação absurda em que uma economia anêmica — ancorada no limiar da fome — financia a ostentação dos ricos, graças a uma ordem social injusta e a uma submissão internacional grosseira.

Felizmente, chega para nós o tempo do resgate, com a Nova República, que se vai implantar dentro de dias. O Brasil haverá de, não por concessão dos governantes, mas pela vontade soberana do povo — de que falava Jean Jacques Rousseau — definir um novo pacto político, expresso através da Assembléia Nacional Constituinte, no qual fique garantida em definitivo a independência deste País.

O tema da Constituinte será, por isso mesmo, o grande fio condutor de nossos debates, como Poder que fala em nome do povo.

A presença, nesta Casa, do Sr. Governador José Richa, para nos dar conta da situação do Estado, cumpre um imperativo constitucional e um procedimento histórico, que remonta à época da Magna Carta inglesa. Mas, sobreleva também — com a representação ilustrada do Poder Judiciário — à conjunção harmoniosa dos três ramos do Poder do Estado. O prestigiamento do eminente Governador José Richa a esta Assembléia tem sido constante, confirmando sua tradição de líder político formado na escola viva da Democracia. Ao saudá-lo pela primeira vez na qualidade de Presidente desta Casa, manifesto a sua Excelência as expressões do meu respeito, seguro de incorporar também a posição de meus Pares.

Os desafios são gigantescos: adiante, nas ruas e nas praças, o povo do Paraná espera por nós, angustiado com a crise, mas confiante nos líderes que elegeu. Que possamos, todos, cumprir as promessas da campanha de 1982, mediante um Governo conjunto que continue a aplicar soluções simples, mas eficazes.

Agora, que nos preparamos para remover o obstáculo do centralismo da ditadura, o Paraná tem direito de esperar melhores dias.

E, para registro histórico, quero afirmar que, ao invés de dizer "Estão abertos os trabalhos da Terceira Sessão Legislativa da Décima Legislatura", o correto seria:

"Estamos iniciando a Primeira Sessão Legislativa da Primeira Legislatura, da Nova República Brasileira".

Muito obrigado."

Passo a palavra ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que faça a sua exposição. (Palmas).

O SR. GOVERNADOR — (José Richa) (Lê): "Excelentíssimo Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Senhores Membros do Poder Legislativo:

Estamos às vésperas de um tempo novo na vida político-institucional do País. Daqui a 15 dias, instala-se a Nova República, momento de reconciliação da sociedade brasileira com os ideais republicanos.

No dia 15 de março, ungido pela consagração popular, explicitada no maior movimento de opinião pública de nossa história política, o Presidente eleito Tancredo Neves assumirá a mais alta magistratura da Nação.

Essa investidura não há dúvidas, foi legitimada pelo povo no tribunal mais autêntico das democracias: a praça pública.

As demonstrações de solidariedade e aplauso ao candidato da Aliança Democrática, nos comícios e nas concentrações cívicas, que de norte a sul mobilizaram o País, modificaram o rumo das expectativas e definiram o comportamento do Colégio Eleitoral.

Apesar de ilegítima em suas origens, aquela corte proferiu sua última decisão com o aval da vontade popular.

No decorrer desse grande movimento — iniciado, convém lembrar, na Capital do nosso Estado — a consciência cívica do povo brasileiro manifestou, sempre, de maneira expressa ou implícita, os pressupostos da delegação que outorgava, junto com a confiança e o aplauso: um mandato para que se promovam profundas mudanças, de ordem jurídica, de ordem política, de ordem econômica e de ordem social, na estrutura institucional do País.

Por isso mesmo, ao lado do contentamento que nos empolga às vésperas do alvorecer deste novo Brasil que, acreditamos, está por vir, cabe a nós, políticos, depositários que somos dos anseios de progresso e de justiça de milhões de brasileiros, atentarmos, também, para a extrema responsabilidade do momento que estamos vivendo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

É com a consciência desta responsabilidade que

compareço, pela segunda vez a esta Casa, para cumprir o dever constitucional de relatar a situação do Estado e prestar contas das ações do Executivo, no ano de 1984.

O documento que apresento a Vossas Excelências, neste momento solene de instalação da Terceira Sessão Ordinária, da Décima Legislatura, procura mostrar a fidelidade e o empenho com que, neste segundo ano de governo, continuamos trabalhando para cumprir o compromisso maior que assumimos com o povo do Paraná: promover, no âmbito do Estado, as mudanças que a sociedade brasileira exige no sentido de tornar mais democráticas as estruturas do poder e assegurar, às comunidades, uma efetiva participação nas decisões que lhe dizem respeito.

Com o apoio popular, com a ajuda das organizações da sociedade civil, com a dedicação dos servidores públicos, estamos vivendo em nosso Estado, uma experiência de gestão pública comprometida com esses anseios.

Todas as diretrizes, todos os programas, todos os planos, todos os projetos e todas as ações do atual período de governo, submetem-se a esse propósito: mudança.

Não interpretamos o conceito, entretanto, sob a estreita concepção de troca de pessoas ou de métodos empregados para realizar as obras materiais necessárias ao progresso da sociedade.

Seria estéril trocar o refrão "governar é abrir estradas", que ficou famoso em determinado período da República, por outro que dissesse: "governar é construir escolas". Em ambos há um ranço autoritário e paternalista de uma concepção neles embutida: a de que "governar é fazer coisas para o povo".

A mudança fundamental que se pretende, neste Governo, é despertar as consciências — inclusive dos que participam da Administração Pública — para o entendimento, inerente à concepção fundamental da democracia, de que "governar é projetar, construir, realizar, enfim, fazer coisas "com o povo".

Tem esse sentido a experiência de democratização do poder e de participação comunitária que estamos realizando, em todos os setores da Administração Pública Estadual.

Das opções adotadas, desde o início, para aplicar essas diretrizes, mostrou-se extremamente válida a de criar junto aos órgãos da Administração, em todos os níveis, representações da sociedade organizada, ou fortalecer as existentes, com o objetivo de assessorar o Governo nos mais diversos campos de atuação.

Assim, tem sido valiosa para o desempenho da administração, a contribuição de entidades como o Conselho de Desenvolvimento Econômico - CEDES, criado em nossa gestão; o Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná - COIND, cujas atribuições foram ampliadas e no qual participam, hoje, 387 empresários de todas as regiões do Estado; os Conselhos Comunitários de Segurança e de Saúde; além de outros criados ou ampliados no atual governo.

Senhores Deputados:

A gravíssima crise social provocada pela recessão, com o decréscimo generalizado da atividade econômica, tem como efeito mais perverso o desemprego.

São milhares as famílias atiradas ao desespero e ameaçadas pela fome.

Para enfrentar esse quadro e utilizando recursos disponíveis — limitados, pois todas as fontes são vinculadas a programas federais —, intensificamos o uso das armas clássicas de fomento, principalmente ao setor industrial.

Nesse esforço, os bancos de desenvolvimento de propriedade do Governo do Estado direcionaram 70 por cento de seus financiamentos, em 1984, para apoiar empreendimentos do setor secundário.

Foram canalizados, para projetos industriais, 187 bilhões e 800 milhões de cruzeiros; 70 por cento mais do que em 1983. Em períodos de crise, entretanto, o número de empregos criados com programas de fomento é, sempre, inferior à demanda. Outros meios são necessários para enfrentar o problema.

Sem arvorar-se em dono das soluções, o Governo apelou para o Conselho Econômico e Social - CEDES, criado na atual administração e constituído por representantes do primeiro escalão governamental, das universidades, de federações de empregados e empregadores, e da Igreja. Dos debates do CEDES nasceu a sugestão que adotamos de criar frentes de trabalho com a oferta de empregos em programas de obras públicas, mas tendo-se o cuidado de evitar o paternalismo. Daí o apoio que demos às associações formadas pelos trabalhadores para prestar serviços, de naturezas diversas, principalmente em obras públicas municipais e do Estado. Paralelamente, instituímos programas de suplementação alimentar para as famílias mais atingidas pelo desemprego. Mais de 500 milhões de cruzeiros foram aplicados, em 1984, com essas iniciativas.

Outros campos de ação, de certo modo, emergenciais, que tiveram significativo papel na criação e manutenção de empregos, foram o programa "Nosso" de apoio ao mercado informal de trabalho, já em desenvolvimento em 50 municípios, e o treinamento para mão-de-obra de baixa renda, estendido a mais de 90 municípios. Incentivamos a criação de companhias comunitárias de participação, cujos recursos são aplicados na formação do capital de empresas que elaboram matérias-primas regionais, evitando a evasão da poupança local e gerando empregos.

A experiência dos mutirões, na construção de casas populares, na instalação de redes de eletrificação rural, na implantação de microssistemas de água, na recuperação de escolas rurais e em outros projetos voltados às populações carentes, multiplicaram a realização de obras com conteúdo social.

Mudamos a maneira de agir, na área de Saúde Pública. Precisamos ter em mente que a tuberculose ainda é uma doença comum, em nosso Estado, e que a incidência da lepra nos coloca em desconfortável lugar de destaque, entre as Unidades da Federação.

Por isso, atribuímos prioridade à ampliação da rede de atendimento básico, com a construção, ampliação e reforma de postos e centros de saúde e estabelecemos critérios de distribuição espacial, das novas unidades, de maneira a atender, com primazia, as regiões mais carentes.

Os problemas de Segurança Pública estão sendo

enfrentados com bastante sucesso, mediante a ajuda dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Até dezembro de 1984, 22 Conselhos já haviam sido instalados e 31 se encontravam em organização, em todo o Estado. Através deles as comunidades já doaram 31 viaturas para equipar postos policiais. Em contrapartida, o Governo vem aumentando o efetivo policial.

Essa conjugação de esforços, que representa uma mudança no relacionamento entre Governo e comunidade em uma área tradicionalmente geradora de atritos, como é a policial, tem sido responsável pelo melhor rendimento que vem alcançando esse setor.

No ensino, temos orgulho em registrar, no ano de 1984, mais um passo na histórica decisão de transferir à comunidade o direito de escolher, em pleito direto e secreto, os diretores das escolas públicas. A Lei 7691, de 1984, que institucionalizou essa conquista, é o melhor testemunho da firmeza com que estamos cumprindo o compromisso de democratização do poder.

Transferimos, também, aos maiores interessados na eficiência do ensino (os pais e os mestres) a responsabilidade direta sobre os planos de aplicação dos recursos destinados a atender necessidades emergenciais de material escolar, saúde e reparos nos prédios das escolas. A comunidade conquistou, assim, não só o direito de escolher o diretor, mas de compartilhar, com ele, das decisões mais importantes do dia a dia da atividade escolar.

A escassez de recursos específicos, destinados pelo Governo Federal para programas de saneamento básico e de habitação popular, é outra consequência desastrosa da política recessiva.

O desemprego e a redução dos salários resultam em drástica diminuição do volume de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, de onde provêm os financiamentos para a casa própria e para o Plano Nacional de Saneamento- PLANASA.

Mesmo assim, atingimos, com as obras realizadas em 1984, os índices de 86,7 por cento da população urbana do Estado, atendida com serviços de água tratada e 24,7 por cento com esgotos sanitários.

Com as mesmas limitações, enfrentamos o problema da habitação popular para as populações de baixa renda. O uso de tecnologias alternativas no processo construtivo e a colaboração comunitária nos mutirões permitiram a implementação do programa diretamente financiado pelo Tesouro do Estado, que desembolsou mais de dois bilhões de cruzeiros para a construção de 579 casas destinadas às famílias de baixíssima renda.

No sistema convencional, financiado pelo BNH, foram construídas 1.384 casas, com investimentos de 17 bilhões de cruzeiros.

Investir, em obras de infra-estrutura econômica é condição necessária para assegurar o contínuo aperfeiçoamento da qualidade de vida da população. Cuidamos dessa tarefa com a atenção que ela merece, levando sempre em conta que as obras materiais só têm sentido em função do rendimento social que promovem.

Nessa área, também, houve mudanças fundamentais. O maior programa de obras no setor de transportes propõe-se a construir, restaurar e conservar 20 mil

quilômetros da rede capilar de estradas municipais.

Com mais de 25 por cento desse total já realizado, e com o novo financiamento do Banco Mundial, contratado em dezembro, temos certeza de que alcançaremos essa importante meta ainda no atual período de governo.

No setor de energia, a prioridade é para o programa de eletrificação rural que cadastrou, só em 1984, mais de 50 mil interessados e assinou contratos com mais de 42 mil. Nesse ritmo, em quatro anos eletrificaremos um número de propriedades rurais uma vez e meia superior às que dispunham desse benefício, ao iniciar-se o governo.

Do mesmo modo, o programa de extensão dos serviços de energia elétrica às famílias de baixo poder aquisitivo nas áreas urbanas, com financiamento altamente subsidiado, resultou em 12 mil ligações, beneficiando 72 mil pessoas.

Outro símbolo das mudanças é o Porto de Paranaguá, autarquia que — apesar do contínuo crescimento na movimentação anual de mercadorias — vinha acumulando prejuízos. Em 1984, o Porto obteve um saldo de recursos próprios da ordem de 18 bilhões de cruzeiros, que foram reinvestidos em obras indispensáveis à melhoria de suas condições operacionais.

Mudamos, também, o enfoque da atuação governamental na área de agricultura e abastecimento, onde os programas que passaram a merecer maior ênfase tiveram, como objetivo específico, o apoio institucional e técnico aos pequenos produtores e trabalhadores rurais, destacando-se as ações conjuntas com as comunidades. Instituímos o sistema de sacolões e varejões, destinados a beneficiar pequenos produtores e consumidores de baixa renda.

A preservação do meio ambiente, hoje sob a responsabilidade de cinco Secretarias de Estado, tem o seu ponto alto no Programa de Manejo Integrado de Solos e Água, o projeto mais inovador em execução no Estado, e o mais representativo do compromisso que pode existir entre meios econômicos e fins sociais.

Sua ação já se estende por 220 municípios, atinge 338 microbacias, numa extensão superior a 682.000 hectares, e envolve mais de 23 mil proprietários. É o primeiro programa desse porte em implementação na América Latina. Desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, há apenas um ano e meio está revolucionando os padrões de trabalho da agricultura do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Adotei, na formulação dessa Mensagem, um novo critério, bastante diverso dos documentos que, pelo menos nos últimos dez anos, têm sido encaminhados a esta Casa.

O texto detalhado das partes que se seguem a esta introdução está reduzido a, aproximadamente, um quarto daquele contido na Mensagem de 1983, que ainda obedeceu, em grande parte, aos padrões anteriores.

Procuramos eliminar, e espero que o tenhamos conseguido, todas as informações redundantes, supérfluas, ou mesmo aquelas que, sendo importantes dentro das estruturas do Executivo, nenhum valor tivessem para a sociedade, conseqüentemente para merecer a atenção e o tempo de leitura de Vossas Excelências.

O objetivo que nos moveu foi facilitar ao máximo o entendimento sobre as ações que consideramos capazes de ter influído sobre a situação econômica, política, social e institucional do Estado, merecedoras, portanto, do aplauso ou da crítica da sociedade.

Também nesta introdução, procurei destacar apenas os aspectos mais significativos, na ação de alguns setores do Governo que retratam a preocupação constante com o conteúdo social dos programas e projetos em execução. Preferi, por exemplo, citar as medidas que promovem a democratização do ensino, do que os programas de construção de escolas e salas de aula. Estes, Vossas Excelências encontrarão, em detalhes, nas partes subseqüentes da Mensagem.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero reiterar palavras que pronunciei nesta Casa na Sessão Solene comemorativa dos 130 anos de sua instalação:

"Em que pese a igualdade e a independência que devem existir entre as três funções clássicas do Governo que, como no mistério fundamental da cristandade se fundem numa só pessoa representativa de um Poder único e indivisível — "aquela que emana do povo e em seu nome será exercido" — é o Legislativo, sem dúvida, que representa

com maior autoridade a vontade popular".

É com esta convicção que reafirmo meu compromisso de continuar trabalhando ao lado dos poderes Legislativo e Judiciário para, irmanados com o povo de nossa terra, ajudarmos a construir um Brasil mais próspero e mais justo.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Da mesma Comissão designada, solicito que acompanhem Suas Excelências os Srs. José Richa, DD. Governador do Estado, Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, durante suas permanências no Palácio 19 de Dezembro.

Antes do encerramento, a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deseja consignar a sua gratidão às altas autoridades e demais pessoas presentes, pelo seu comparecimento, que tanto abrilhantaram esta solenidade.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que estará encerrada esta Sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a Sessão. ♣